

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA ANTIGA ICC – INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S/A: DO ESQUECIMENTO AO IPARQUE - CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Jaqueline da Silva Cardoso

Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Michele Gonçalves Cardoso

Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo

O objetivo desse artigo é problematizar a reutilização do patrimônio industrial, suas definições e histórico de surgimento, bem como, as possibilidades em diálogo com o campo do patrimônio cultural. Juntamente com isso, de maneira pontual, analisar o reuso do patrimônio industrial da antiga sede da ICC – Indústria Carboquímica Catarinense S/A, buscando compreender suas origens e seus usos posteriores. Nesse sentido, observar o modo como o reuso do patrimônio fez parte da cultura dos locais onde estão inseridos, uma vez que suas estruturas podem servir como instrumento econômico e de revitalização de áreas que se encontram em deterioração, fornecendo assim uma nova forma de manter esses locais, além de, com isso, manter preservada a memória desses espaços ao longo dos anos.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial, Reuso do Patrimônio, ICC – Indústria Carboquímica Catarinense S/A, Iparque, Criciúma.

1. Introdução

Entende-se que o patrimônio industrial é um tema relativamente novo no campo do patrimônio cultural, sua relevância passou a ser notada depois da segunda guerra mundial, pois nesse contexto várias edificações industriais foram destruídas, esse movimento teve início no Reino Unido. Outra causa a ser considerada, foi a ruptura ocorrida e impulsionada pelas novas dinâmicas da indústria a partir da segunda metade do século XX. Dadas essas questões, houve grande perda de memórias do trabalho e de seus trabalhadores, pois o patrimônio industrial só faz sentido se for guiado pelo reconhecimento de substâncias culturais, tais como o saber fazer. Assim sendo, podemos afirmar que estudar essas memórias, é estudar uma dimensão caracterizada, ainda que muitas vezes não relacionada diretamente ao patrimônio industrial,

segundo Cristina Meneguello:

A dimensão das tradições e identidades compartilhadas nos campos das reivindicações, do lazer, da formação de grupos e associações considerando que as relações de trabalho extrapolam o campo do espaço de trabalho em si. Inversamente, os edifícios fabris, sem a compreensão dos usos que tiveram e das atividades ali desenvolvidas, são apenas invólucros. (Meneguello, 2011, p. 1829)

Essas edificações são lugares de memórias e, essas memórias, carregam um valor identitário para a comunidade onde está inserida. As memórias desses trabalhadores que ocuparam as estruturas industriais, tem sido um ponto relativamente novo na história social recente no Brasil, desse modo, através de pesquisas e análises documentais de tribunais, sindicatos, da imprensa operária e da prática da história oral, nos permitem compreender o mundo do trabalho no período onde estavam localizadas essas fábricas e indústrias, podendo assim entender como eram as técnicas de trabalho, muitas vezes manuais, que foram sofrendo transformações através de maquinários e equipamentos modernos, esses, conforme o tempo, acabaram absorvendo a demanda de mão de obra dos trabalhadores, substituindo-os, assim, o saber fazer e a técnica manual, juntamente com a memória, acabaram por se perder, ainda que não totalmente.

A partir dos movimentos de preservação desses patrimônios, por qual motivo não pensar no seu reuso? Através desse questionamento será discutido o reuso do patrimônio industrial da antiga sede da ICC – Indústria Carboquímica Catarinense S/A, localizada no bairro Sangão, na cidade de Criciúma, no sul do estado de Santa Catarina, onde hoje opera o Campus Iparque, pertencente a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Esse artigo tem por objetivo trazer os conceitos de patrimônio industrial juntamente com os seus possíveis reusos, tendo por base autores como, Daniela Pistorello, da Univille/Unesc, Ilanil Coelho, Univille e Cristina Meneguello, da UNICAMP, uma das primeiras a discutir esse conceito no Brasil, a arquiteta Beatriz Mugayar Kuhl, da FAU- USP e o pesquisador em arqueologia e patrimônio industrial, José Manuel Cordeiro, vinculado a Universidade do Minho, em Portugal, entre outros autores.

As fontes utilizadas serão documentos, fotografias, relatórios e afins que possibilitem o entendimento acerca do espaço a ser analisado, a partir dessas fontes, será realizada uma pesquisa qualitativa que busca, como objetivo, fomentar a discussão acerca da temática do reuso das estruturas do patrimônio industrial, que não necessariamente esteja atrelada ao uso original da edificação. Esse trabalho tem como justificativa evidenciar a importância e versatilidade desses locais, buscando conectar memória e revitalização, de modo que a história contida nesses

ambientes possa ser propagada nesses novos usos, juntamente com as possibilidades econômicas que esses podem criar, principalmente quando localizados em centralidades, de modo que possa interagir com a comunidade em seu entorno, reforçando o sentimento de pertencimento do local.

Figura. 01. ICC, Criciúma, 2000.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

2. Patrimônio Industrial

As estruturas industriais tiveram seu nascimento na Revolução Industrial no século XVIII, na Inglaterra, esse modo de produção se espalhou por toda a Europa e outros continentes durante os séculos XIX e XX, nesse processo foram criadas as primeiras estruturas industriais, tais como fábricas, ferrovias e meios de comunicação. Nesse período o mundo passava por uma grande transformação tecnológica, o modo de vida da população mudou, pois passaram a trabalhar nas fábricas, que na maioria das vezes se localizavam no centro das cidades, ocupando, assim, uma área nobre, de grande prestígio, conseqüentemente, com um grande valor imobiliário, fato esse sem maior relevância para o período que foram inseridas, mas posteriormente, seria uma das motivações que levariam ao seu desmantelamento.

O tempo passou, novas tecnologias foram criadas e algumas fábricas e indústrias se tornaram obsoletas e, com isso, acabaram encerrando suas atividades, dessa forma, suas estruturas físicas ficaram a mercê do abandono. Nem sempre essas estruturas possuíam em sua construção as características arquitetônicas com relevância histórica, pois geralmente eram galpões grandes, visto que esse era o modelo arquitetônico frequentemente adotado para essas edificações.

Ao longo do século XIX, os edifícios industriais no Brasil seguiram os padrões existentes na Inglaterra e na Bélgica; estruturas inteiras são replicadas, quando não importadas de forma total, não por uma deficiência na "imaginação arquitetônica" nacional, mas pela própria natureza das construções industriais padronizadas. Plantas simplificadas de fábricas, publicadas em revistas ou panfletos, eram recriadas em território nacional dando origem a uma arquitetura anônima, dos contramestres ou dos formados em liceus de artes e ofícios. (MENEGUELLO, 2011, p. 1830).

No século XX ocorreram duas guerras, mas a segunda guerra mundial foi a mais devastadora para as edificações que acomodavam as indústrias, pois grande parte dessas foram destruídas, porém, anteriormente a esses acontecimentos, essas estruturas vinham sofrendo com a “higienização” e a “modernização” dos centros urbanos, de acordo com Fransérgio Follis (2004). Dados esses acontecimentos se iniciou uma discussão acerca de um tema que ainda não possuía um termo específico dentro do patrimônio cultural.

Os primeiros estudos sobre o assunto passaram pela arqueologia industrial, com várias discussões na Inglaterra na década de 1950, trazendo consigo muitos estudos e debates entre historiadores e no campo historiográfico. No ano de 1963, Kenneth Hudson, traz uma nova perspectiva sobre o campo e apresenta: “arqueologia industrial é a descoberta, registro e o estudo dos resíduos físicos e industriais e meios de comunicação do passado” (HUDSON, 1976). O professor Angus Buchanan da Universidade de Tecnologia de Bath, Inglaterra, expõe uma definição mais atual sobre:

[..] arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um 'monumento industrial é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...] (BUCHANAN, 1972, p. 20-1).

A arqueologia industrial seguiu seu campo de estudo e as discussões ganharam força sobre o patrimônio industrial a partir da década de 1961, com a destruição de edifícios significativos em Londres, como o caso do Arco da estação Euston, um monumento importante do período inicial do transporte ferroviário da Inglaterra. O caso da estação de Euston foi exemplo de edificação que fomentou uma nostalgia da memória industrial e, ao mesmo tempo, enunciaram os principais problemas que esse tipo de patrimônio enfrentaria para a sua conservação, “obsoleto funcional”, “crescimento das cidades” e também “pressão especulativa imobiliária”. (KUHL, 2008, p. 37, 38).

Após a destruição desses edifícios a ideia de salvaguardar essas estruturas passou a ter maior relevância na comunidade de pesquisadores, historiadores e arquitetos. Mas, como salvaguardar esse patrimônio? O primeiro movimento em relação a preservação desse patrimônio ocorreu em maio de 1964 com o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos no Monumento Histórico – Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, que ficou conhecido como a Carta de Veneza, ela traz vários artigos em sua definição, o artigo 3º diz: “A conservação e restauração visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”, no momento desse congresso o patrimônio industrial ainda não possuía essa denominação.

Os participantes do congresso foram buscar argumentos em outra carta, a Carta de Atenas, produzida pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, em 1931,

dessa forma, trouxe um amplo movimento internacional de estudos para a conservação e restauração dos bens culturais. Esse documento ainda não individualizava uma proteção permanente para as estruturas industriais, pois sua tipificação ainda era conjunta com os monumentos industriais, visto que a preservação desse patrimônio circulava de maneira predominante na classe de arquitetos que viam essas edificações apenas como conjuntos arquitetônicos, ele foi timidamente mencionado nas considerações da Carta de Atenas, como marca dos ofícios comuns que poderiam ganhar algum significado ao longo do tempo.

E o tempo chegou, no ano de 1963 ocorreu a primeira reunião internacional sobre os patrimônios industriais: o 1º Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais (FICCIM), que foi realizado em Ironbridge Gorge, no Reino Unido, esse evento foi um símbolo na história da tipologia que tentava se estabelecer por ser a primeira iniciativa a tratar da pauta dos antigos bens culturais e por ter vários pesquisadores filiados a inúmeras áreas do conhecimento, esses de diversos países, tais como Suécia, França e Estados Unidos. (ROSA, 2011). Após esse congresso cresceu o interesse por essa área que estava investigando os vestígios do passado industrial.

As edições seguintes da Conferência Internacional sobre os monumentos industriais foram realizadas em Brochum (Alemanha, 1975), Estocolmo (Suécia, 1978) e, por fim, a IV conferência foi realizada em Lyon e Grenoble (França, 1981), assim, ocorreu a formalização do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), que segundo Buchanan, representa a conquista da maturidade internacional do patrimônio industrial. (BUCHANAN, 1972).

Mesmo com a noção de patrimônio industrial consolidada e adotada em vários países, isso, no entanto, não significava o fim das ações em benefício dos bens industriais. Ocorreram outros encontros do TICCIH durante as duas últimas décadas do século XX, nesses encontros o intuito era expandir a agenda de discussões e pesquisas voltadas ao patrimônio industrial, nessa expansão diferentes linhas de pesquisa surgiram, tais como a valorização e a preservação da memória em relação ao trabalho e aos trabalhadores, esses que passaram a maior parte de suas vidas dentro das indústrias, fábricas, minas e ferrovias. Os pesquisadores buscavam em todos os espaços que tinham alguma ligação com o processo de industrialização ocorrido pelo mundo no campo material, de acordo com Pistorello e Coelho (2002) [...] é importante ressaltar que estas categorias e/ou conceitos possuem historicidade e emergem em contextos específicos. No caso do patrimônio industrial, podemos perceber, por exemplo, que ele emerge nas políticas públicas de salvaguarda, a partir do alargamento das noções daquilo que pode ser patrimonializado [...].

Outra linha de pesquisa surgiu na arqueologia, em acervos, na obtenção de documentos e materiais que assegurassem detalhes sobre o saber fazer e as técnicas empregadas nos processos de produção e sobre os bens produzidos, além disso, surgiram outras pesquisas focadas na composição arquitetônica dos bens industriais, assim como as suas relações com a paisagem nas quais estavam inseridos. (MENEGUELLO, 2011).

Isso permitiu que outros bens fossem reconhecidos como patrimônio industrial em seus países e, posteriormente, a ser reconhecidos como patrimônios mundiais. Dessa forma, a complexidade das discussões sobre o patrimônio industrial resultou em uma preocupação sobre esses antigos bens. Em razão disso, nos debates, surgiu a proposta de elaborar um documento que trouxesse diretrizes sobre os tombamentos desses bens industriais a nível internacional. No entanto, durante a XII Conferência Internacional do TICCHI, ocorrida na Rússia, em 2003, surgiu o principal documento para a proteção do patrimônio industrial, a Carta de Proteção ao Patrimônio Industrial, ou também a “Carta de Nizhny Tagil”, que levou o nome da cidade onde foi produzida. (TICCHI, 2003).

Portanto, a carta traz definições de patrimônio industrial, dos valores do patrimônio industrial, da importância da identificação do registro e da pesquisa, da proteção legal, e de sua manutenção, conservação, preservação e interpretação. Esses são os pontos de maior relevância que a carta suscita. Com esse conhecimento a Carta de Nizhny Tagil (2003) do TICCHI, determina:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento

e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (“Carta de Nizhny Tagil”, 2003)

Se o patrimônio industrial compreende que é um testemunho do passado, que abarca os modos de trabalho e de vida dos trabalhadores, assim como as estruturas onde estavam inseridos, podemos, desse modo, entender que a sua valorização como patrimônio industrial tem uma significativa importância social e cultural, podendo, então, suas estruturas ganharem um uso diferente do original após esse período, possibilitando nova vida útil as edificações, diferentemente do abandono que estão sujeitas a sofrer.

Nessas primeiras duas décadas do século XXI aumentaram as discussões sobre a salvaguarda do patrimônio industrial, uma dessas originou a Carta de Sevilha para o Patrimônio Industrial, de 2018: Os Desafios do século XXI. Nesse seminário foi discutido o patrimônio de paisagens industriais da Andaluzia, que tem como capital a cidade de Sevilha, que fica localizada no sul da Espanha, com extenso patrimônio histórico, essa discussão se fez necessária pois o século XXI nos coloca novos desafios a respeito da proteção, investigação e reuso do patrimônio como um todo. Assim, a carta de Sevilha reforça algumas diretrizes que outras cartas vinham destacando a respeito da proteção desses bens, além desses citados, existem outros documentos que reforçam essas recomendações.

2.1. ICC – Indústria Carboquímica Catarinense

Criciúma está situada no sul catarinense, teve um grande desenvolvimento econômico e urbano a partir da exploração do carvão mineral, com isso, novos setores foram criados, como a indústria cerâmica, metal mecânica, plástica, comércios e serviços, a diversificação da economia foi um fator importante, pois com a decadência do setor carbonífero a cidade se manteve equilibrada. No presente, a cidade se mantém em constante desenvolvimento, segundo o IBGE em 2022, teve seu PIB per capita “2020” de 40.518,91 reais e uma população de 214.493 habitantes de acordo com o censo de 2022.

Há várias décadas a cidade não baseia mais sua economia no carvão, pois os rendimentos gerados pela exploração ficaram com uma pequena parcela da sociedade criciumense, mas os danos ambientais foram herdados por todos. Conforme será discutida a criação da carboquímica, é necessário voltar no tempo para compreender como e por que o rejeito piritoso foi utilizado pela ICC.

Com a exploração do carvão, aquela colônia que pertencia a cidade de Araranguá, tornou-se município no ano de 1926, a riqueza que o ouro negro trouxe através de sua extração, deixaria Criciúma conhecida nacionalmente como capital do carvão. O carvão teve sua exploração iniciada nas primeiras décadas do século XX, segundo o historiador Carola:

Nas primeiras décadas do século XX, a descoberta e exploração do carvão mineral catarinense integrou o Estado ao cenário econômico nacional, posição que foi reforçada ao longo das duas Guerras Mundiais. Nesse período, as oscilações econômicas provocadas pelos conflitos no mercado internacional, desencadearam uma importante crise de abastecimento de carvão no Brasil, que em grande medida era proveniente dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A crise de abastecimento do combustível de maneira global, somada a medidas econômicas protecionistas adotados pelo governo de Getúlio Vargas, contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional, acelerando o crescimento da produção de carvão que quase em sua totalidade era destinado a produção de aço. (CAROLA, 2004).

Criciúma foi uma das cidades que mais se beneficiou com o chamado “ouro negro”, pois o carvão que se encontrava em seu subsolo destacava-se pela qualidade e quantidade, dessa forma, houve um avanço em sua industrialização, resultando em um crescimento rápido na questão urbana. O carvão foi um grande propulsor do desenvolvimento através de sua extração, gerando um grande valor para a cidade e região, com investimentos e gerações de empregos. O carvão teve seu auge entre as décadas de 1940 e 1970.

A ideia da construção da ICC desponta através do rejeito proveniente da extração do carvão, chamado pirita, se o carvão era o “ouro negro”, a pirita era o ouro dos tolos. Esse rejeito era um problema para as cidades onde existia mineração, pois ao final da extração sobrava mais pirita do que carvão. E o que fazer com montes e montes desse material?

Figura. 02. ICC, Criciúma, 1982.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Nas décadas de 1934 à 1965, se iniciam as discussões e estudos sobre a utilização da pirita do carvão em Santa Catarina na indústria, já em meados de 1966 à 1969, foi criado um projeto que fazia a utilização da pirita carbonosa na indústria, entrando em operação no ano de 1979, com duração até 1992, teve seu auge de aproveitamento na metade da década de 1980 e, seu declínio e desmonte, no início dos anos 1990. O carvão que era extraído em Santa Catarina possuía uma alta quantidade de enxofre, isso potencializava a poluição causada pela extração, pois essa alta concentração se encontrava na pirita do carvão (composição de enxofre, ácido sulfúrico e ácido fosfórico).

O Brasil nesse período passava pelo processo de industrialização, com esse cenário ele recorria a importação de enxofre. Diante disso, iriam surgir os primeiros estudos na primeira metade da década de 1930, com relação ao aproveitamento do enxofre contido na pirita do carvão catarinense. A mesa redonda que foi realizada em 1949, no Rio de Janeiro, que discutia o problema do carvão brasileiro, intitulado a “Batalha do Carvão”, de acordo com Fábio Farias de Moraes, 2004, um dos objetos de estudo, foi a concentração do rejeito piritoso, diminuindo, assim, o carvão que era jogado fora. Essas discussões deram um novo fôlego a esses estudos, apoiados nisso, foram criados projetos para a produção de enxofre a partir dos rejeitos da pirita do carvão catarinense.

O Plano do Carvão Nacional, em 1953, trouxe o resultado da mesa redonda ocorrida no ano de 1949, que previa a criação e construção da usina para produção do enxofre em Santa Catarina, mas essa resolução não foi suficiente para a sua implantação, pois a prioridade para aquele momento era a construção de uma usina siderúrgica e termoeletrica, além do mais, isso

ficou óbvio no plano de metas, onde previa a construção dessas duas últimas.

No ano de 1962, enfim, foi construída a SIDESC (Siderúrgica de Santa Catarina). Na metade da década de 1960, enquanto o país estava sob tutela do governo militar, o governo mudou os planos de expansão do parque siderúrgico brasileiro, deu-se prioridade para o aumento da capacidade da produção já existente, ao invés de novas usinas. Em meados da década 1970, o mercado elevou o preço do enxofre novamente, diante disso a importância do aproveitamento da pirita do carvão na indústria voltou com força, dessa forma, no final da década, a SIDESC (Siderúrgica de Santa Catarina) e foi transformada em uma carboquímica, mudou-se a sua razão social e, assim, nasceu a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC).

Figura. 03. ICC, Criciúma, 1982.



Fonte: CEDOC – UNESC.

Com as características técnicas que envolveram o projeto da ICC, optou-se pela matéria prima da produção de ácido sulfúrico e fosfórico, base para a produção de fertilizantes, foi construída também uma segunda unidade na cidade de Imbituba, ao lado do porto. De acordo com Fábio Farias de Moraes (2004) a ICC foi construída no bojo do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), lançado em 1974, com isso, a carboquímica passou a fazer parte da Petrofértil, uma subsidiária da Petrobrás que produzia os fertilizantes destinados a agroindústria brasileira que estava em processo de expansão.

No período em que a ICC esteve em funcionamento, de 1979 à 1992, tinha um alto custo de manutenção, em contra ponto, teve uma alta relevância para a economia regional, mantendo-se entre os três maiores empregadores na cidade de Imbituba/SC. Segundo Moraes:

Durante o período que esteve em operação, de 1979 a 1992, a ICC, que tinha elevados custos de manutenção, foi deficitária. Expressiva para a economia regional, a estatal se manteve entre os três maiores empregadores do município de Imbituba, atingindo o máximo de 329 trabalhadores (próprios e terceirizados) em 1988, e um importante elo do complexo carbonífero, consumindo, em treze anos, mais de 2,3 milhões de toneladas de pirita. Chegou a 15% da demanda brasileira de ácido fosfórico em 1985 e 1988. Seu auge pode ser identificado entre os anos 1982 e 1985, quando os recordes de produção foram várias vezes superados, mas foi em 1988 que a carboquímica chegou ao máximo de sua produção, tanto de ácido sulfúrico como de ácido fosfórico. (MORAES, 2004, p. 261).

No governo Collor, no ano de 1990, sem mais condições de manter e sustentar a produção que tinha alcançado na metade da década anterior, a carboquímica foi incorporada ao Plano Nacional de Desestatização (PND), o governo parou a produção e declarou que a empresa era antieconômica. Os trabalhadores fizeram algumas tentativas de reativação da carboquímica, com o auxílio de alguns políticos da região, mas sem sucesso. Foi oferecida ao capital privado, mas não houve interesse, diante disso, entrou em liquidação em 1994.

As duas unidades foram desativadas, tanto a de Criciúma, quanto a de Imbituba, suas peças foram vendidas como sucata e suas estruturas físicas podem ser observadas, assim como os resíduos dos processos de produção, que ainda podem ser encontrados em Criciúma e em Imbituba. Em 1995, a área total da ICC localizada no município de Criciúma foi vendida para os municípios de Criciúma e Forquilha, com o compromisso de que os citados a recuperassem ambientalmente.

Ainda que esse trabalho tenha como objetivo de pesquisa o patrimônio da ICC na cidade de Criciúma, não podemos deixar de mencionar a matriz da Carboquímica Catarinense S/A, que ficava localizada na cidade de Imbituba, também no estado catarinense, hoje o que restou do seu patrimônio edificado não mais se reconhece, devido ao estado de total abandono sofrido ao longo dos anos.

Se pensarmos que foram vendidas somente as peças, mas restou grande parte dessas estruturas físicas, que acabaram ficando abandonadas, essas estruturas contam a história de uma tentativa de solucionar os problemas causados pelo rejeito do carvão, que trouxe consigo tanta degradação e que ainda hoje faz parte das paisagens das cidades do sul catarinense. O “ouro negro” se foi e ficamos com a pirita e parte desse patrimônio industrial, então por que não pensar no reuso dessas estruturas?

A questão do reuso do patrimônio industrial começa a ganhar relevância com o processo de reinvenção das cidades e suas transformações urbanas, e vem sendo vivida em decorrência da acelerada globalização da economia, indústria e tecnologia, que o mundo vivencia desde o final do século XX. Os espaços foram marcados por profundas transformações sociais,

econômicas e geográficas, deixando uma mudança na paisagem urbana e criando um novo conceito de cidade, que busca redefinir novos usos para esses espaços que acabaram ficando abandonados ou desvalorizados durante o processo de desindustrialização e, com isso, criando uma nova paisagem contemporânea das cidades.

Como visto anteriormente nesse artigo, existem várias cartas patrimoniais, que sugeriam algumas diretrizes para a salvaguarda desses bens industriais, mas a carta europeia do patrimônio, também conhecida como Carta do Manifesto de Amsterdã, apresentada pelo Icomos, em 1975, sugere um tipo de conduta para a preservação de áreas históricas que ficou conhecida “Conservação Integrada”, segundo Silvio Mendes Zancheti, essa carta em especial

recomenda uma abordagem de integração do planejamento das cidades contemporâneas e de áreas urbanas patrimoniais para a utilização, segundo novos usos e necessidades sociais. Desse modo, o documento protege o alcance de seus objetivos, de haver uma integração entre as políticas do patrimônio e o planejamento urbano.

Muitos desses patrimônios estão inseridos, muitas vezes, em pontos da cidade com interesse do mercado imobiliário, segundo Cristina Meneguello:

O dismantelamento de edificios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações, seja pela falta de critérios de valorização por parte dos órgãos oficiais de preservação - que ainda relutam em conceder valores indiscutíveis a esse tipo de bem - seja pela força da especulação imobiliária que centra sua atenção nas rentáveis áreas hoje centrais que esses bens ocupam, fazem do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala. (MENEGUELLO, 2011, p.1820)

Dificultando o reuso e facilitando o desaparecimento dessas estruturas e, com elas, as memórias dos trabalhadores e da comunidade, que ocuparam aqueles espaços, pois para além das estruturas físicas, o material, também temos o patrimônio cultural e imaterial, a Carta de Nizhny Tagil, de 2003, traz uma definição para salvaguardar esse patrimônio:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio industrial [...] (“Carta de Nizhny Tagil, 2003)

No reuso do patrimônio, diferente do tombamento, onde a edificação não pode ser alterada, podemos encontrar novas perspectivas para essas construções, segundo Cristina Meneguello, o reuso e o restauro, tem um avançado debate na arquitetura, pois é uma das suas

realidades de atuação na questão urbana. No entanto, se a arquitetura visa salvaguardar a parte arquitetônica dessas estruturas, cabe aos historiadores serem os guardiões e trazer ao público as histórias, memórias, técnicas e o saber fazer desses trabalhadores, assim, é de grande importância para a comunidade e a cidade onde estão inseridas essas estruturas, a Carta de Nizhny Tagil, de 2003, defende que essas manifestações, tangíveis e intangíveis, devam ser estudadas, suas histórias ensinadas e sua finalidade e significado reconhecidos.

Os habitantes de Criciúma e região tiveram que conviver com a pirita e todos os malefícios e a degradação que ela gerava, pois era parte do processo. Outra memória desbloqueada para as pessoas sobre a ICC foi o contexto em que o país e a economia viviam quando houve o fechamento da empresa, no governo Collor. As edificações passaram por um desmonte, como citado anteriormente, o que sobrou acabou ficando abandonado por cerca de uma década ou mais, o local pertencia a Prefeitura de Criciúma.

Parte desse terreno estava sendo utilizado como área de descarte de lixo oriundo das cidades de Forquilha, Nova Veneza e Criciúma, assim, se constata o descaso com o patrimônio edificado naquele local. Como citado anteriormente, o Iparque está estruturado sob uma área que durante anos sofreu com a degradação ambiental, pois tanto as edificações quanto o terreno, que pertenciam à PETROBRÁS/PETROFÉRTIL, abrigavam a ICC (Indústria Carboquímica Catarinense). Após a venda pelo valor simbólico de R\$ 1 às prefeituras de Criciúma e Forquilha, o terreno foi cedido à UNESCO. A partir de então, a universidade começou o processo de revitalização da área e reutilização das estruturas já presentes no terreno como forma de evitar ainda mais degradação. (IPAT, UNESCO, 2015)

O patrimônio industrial da antiga Carboquímica Catarinense S/A – ICC foi revitalizado e está sendo reutilizado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mas ao ocupar esse espaço, a instituição está salvaguardando de forma mais adequada o legado referente a história da ICC? Pois a partir do uso dessas estruturas se subentende que a universidade se torna detentora e guardiã do patrimônio material, mas também, do imaterial, que diz respeito a história do trabalho e, em conjunto, a história dos operários ligados aos processos provenientes da exploração do carvão, sendo um deles o rejeito piritoso. De acordo com José Cordeiro, fábricas e minas não são apenas edifícios ou exemplos de ofícios e técnicas, mas locais de trabalho nos quais se estabelecem relações sociais de produção (CORDEIRO, 1987, p. 85-86).

No tempo presente a extração do carvão foi reduzida drasticamente na região, contando com apenas algumas minas em atividade no momento. Na cidade, hoje, quase nada faz menção a essa época. A partir do citado anteriormente, cabe uma problematização mais aprofundada sobre a questão dos edifícios fabris da antiga ICC e como tem funcionado a ação de salvaguarda

em relações aos espaços, pois ainda que as atividades atuais da edificação sejam diferentes das originalmente realizadas pela ICC, o espaço utilizado pela instituição ainda se caracteriza como um patrimônio industrial. Segundo afirma o professor Ronaldo Rodrigues, da PUC-MG, a preocupação que deve ser priorizada consiste na manutenção da memória do lugar, na sua função e preexistência, a fim de que se preserve a memória e a história do passado ali construído e a história do lugar. (RODRIGUES, 2018)

Figura. 04. ICC, Criciúma, 1982.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Quando a universidade tomou posse das estruturas da Carboquímica Catarinense S/A – ICC, tudo estava em total abandono, todo o maquinário tinha sido vendido e o que sobrou havia ficado totalmente a mercê do tempo, entre essas sobras, o que restou foram os edifícios fabris e todo o rejeito piritoso que ainda se encontrava no pátio e arredores, sendo possível ainda perceber que o uso original do local era uma indústria. Sobre as estruturas remanescentes do patrimônio industrial, Cristina Meneguello ressalta:

[...] ao mencionarmos os acervos, no caso do patrimônio industrial não estamos apenas lidando com documentação, papéis, blueprints ou fotografias. Todos os artefatos, maquinários, ferramentas, utensílios, peças de reposição que definem os usos da indústria padecem de duplo mal: de um lado, ao serem retirados dos locais de trabalho, tornam-se sucata - uma sucata sem lugar, sem armazenamento e sem utilidade possível num país que não possui tradição, por exemplo, em museus de técnica e tecnologia. De outro lado, privam os locais de trabalho de sentido e de lógica, deixando-os como imensos galpões vazios, prontos para serem "ressignificados" de forma geralmente apartada dos usos industriais. (MENEGUELLO, 2011, p. 1830)

Figura. 05. Iparque, Criciúma, 2012.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Todo o terreno da ICC, a partir do momento em que a UNESCO assumiu a administração, passou por mudanças, essas iniciadas por uma transformação e higienização do local, assim, todo aquele rejeito piritoso remanescente do processo de produção da indústria não poderia mais fazer parte da paisagem, uma vez que a piritosa a céu aberto lembrava as pessoas de toda a degradação ambiental que o carvão trouxe para a cidade e região, desta forma, o rejeito piritoso passou a ser escondido com várias camadas de terra, a cada caminhão de terra colocado, um pouco da história da carboquímica ficava enterrada, enterrada sob camadas de terra e de gramado verde, que nem de longe lembra a paisagem cinza do período do seu funcionamento. Segundo Renato de Araújo Monteiro:

De um modo geral, podemos dizer que o carvão e o seu rejeito piritoso está para Criciúma como este passado que ainda se faz presente, como resquício, como testemunho de outro tempo que aflora das mais variadas formas, mas que praticamente nada conserva daquilo que algum dia possa ter sido a sua função. (MONTEIRO, UDESC, 2017, p. 28).

Figura. 06. ICC, Criciúma, 1982.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Como citado anteriormente, a universidade, enquanto detentora do patrimônio industrial, acabou por se tornar, também, guardiã de todas as memórias que a carboquímica deixou, principalmente, a história do trabalho e dos trabalhadores que ocuparam aquele espaço, nessa temática, é possível citar o exemplo de Joinville, cidade que se destaca com relação aos seus patrimônios industriais, trazido por Daniela Pistorello e Ilanil Coelho, que diz:

Que construir uma perspectiva do patrimônio industrial a partir das memórias de trabalhadores não reduz esses sujeitos a trabalhadores da indústria. É muito mais do que isso. É olhar para o trabalhador para que a partir de suas memórias, e pela sua história de vida e experiências, possamos construir outras narrativas tanto sobre o patrimônio em Joinville como sobre a história da cidade. (PISTORELLO e COELHO, 2022, p. 230).

Com base nas reflexões apresentadas, é possível questionar o que a universidade fez ou está fazendo para salvaguardar e valorizar a memória contida juntamente com a história desse patrimônio, vale lembrar, que novas memórias coletivas se encontram em processo de construção por esses novos trabalhadores que hoje ocupam o espaço que era originalmente destinado a Carboquímica Catarinense S/A. Outro questionamento pertinente a ser feito é, os atuais trabalhadores tem conhecimento da história daqueles que já ocuparam seu lugar? Além disso, esses novos funcionários conhecem a história e origem do local onde trabalham?

A Carta de Nizhny Tagil traz na sua resolução nº VIII, na parte que condiz com o Setor de Manutenção e Conservação:

As habilidades humanas envolvidas em muitos processos industriais antigos ou obsoletos são um recurso absolutamente importante, cuja perda pode ser insubstituível. Esses devem ser cuidadosamente registrados e transmitidos as novas gerações. (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

Figura. 07. Iparque, Criciúma, 2022.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Todo o patrimônio industrial que passa por um processo de reutilização ou transformação para o seu novo uso, necessita encontrar um equilíbrio entre o lugar, memória, identidade e comunidade, sendo assim, é notável que o reuso dos edifícios fabris acabem por assumir um caráter de uso público, como museus, espaços culturais e afins, isso costuma acontecer devido ao fato de que quem geralmente detem a tutela desses patrimônios são organizações financiadas pelo poder público, que buscam viabilizar meios da comunidade se reconectar com a memória coletiva do espaço. Portanto, o patrimônio não pode se limitar a ter suas memórias salvaguardadas apenas em casos quando o patrimônio assumir esse tipo de reuso citado anteriormente, sendo assim, a Carta de Lisboa traz em uma das suas resoluções:

O processo de reabilitação definido pela Carta de Lisboa (1995), envolve estratégias de requalificação para melhorar os aspectos sociais, econômicos e culturais de uma parte da cidade, a fim de contribuir com a qualidade de vida da população residente através da inserção de infraestrutura e instalação de novos equipamentos, mas sem a descaracterização da identidade da comunidade habitante. Ainda segundo o documento, a reabilitação deve manter o máximo do existente construído, pautando-se em intervenções mínimas e específicas para resolver anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança, as quais acarretam um menor custo, além de

manter a historicidade viva do patrimônio pela continuidade da população residente ("Carta de Lisboa", 1995).

A partir desses exemplos se pode compreender que se o patrimônio industrial não for reutilizado no formato de museu ou qualquer outro formato cultural, ele tem tendência a perder seus valores de memória para comunidade onde está inserido? Nesse sentido, é plausível problematizar o reuso das estruturas da Carboquímica Catarinense S/A – ICC, o seu patrimônio está sendo reutilizado de maneira correta?

Conforme José Manoel Lopes Cordeiro nos diz:

Por vezes, opta-se por soluções que nada têm a ver com a salvaguarda do patrimônio industrial, como manter apenas a chaminé e arrasar completamente as instalações fabris. Nesses casos, a chaminé - isolada e completamente descontextualizada - constitui apenas a tradução de um sentimento de má consciência, que procura compensar o ato de destruição do patrimônio. Noutros casos opta-se por uma solução igualmente perversa, o "fachadismo", ou seja, aparentemente conserva-se o edifício industrial, enquanto na realidade este se encontra totalmente alterado e descaracterizado no seu interior, o que significa transformar o patrimônio numa espécie de cenário cinematográfico. (CORDEIRO, 2001, p. 158).

É possível perceber que, dentro das possibilidades disponíveis no estado em que as estruturas se encontravam, nem todas elas puderam ser reaproveitadas em sua totalidade e nem manter seu caráter físico original, uma vez que para abrigar o novo uso dessas edificações, esse que se trata de um ambiente voltado para atividades acadêmicas, determinadas alterações foram necessárias, pois o espaço apresentava séria degradação em função do processo de produção executado na ICC, que afetava também o ambiente externo, tornando-o insalubre, com essas transformações, foi possível efetivar o reuso do espaço.

Ainda que certas mudanças tenham sido necessárias e essas acabaram afetando o estado original das edificações, é interessante que se encontre meios para expor a memória, do trabalho e dos trabalhadores, contida naquele espaço, tanto no caso da ICC quanto em outras pontos de memória localizadas na cidade, uma ação que poderia ser pensada para tanto, seria a confecção de pequenos memoriais através de placas e murais locados em cada espaço de trabalho, dedicados a história do local, identificando os usos originais e como funcionavam os processos de produção em cada prédio, acrescentando, também, as funções desempenhadas pelos operários e como esses interagem com o ambiente.

Essas ações, por estarem inseridas em um local que abriga espaços de estudo, poderia proporcionar momentos de discussão e reflexão sobre o tema, até mesmo apresentar a temática

para aqueles que não tem contato com o assunto, cumprindo, assim, a função de difundir a memória e evitar que essa caia em total esquecimento.

Figura. 08. Iparque, Criciúma, 2012.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

Conforme todas as discussões, as intervenções se fazem necessárias no reuso das estruturas patrimoniais, como é mostrado nas figuras 07 e 08.

Figura. 09. Iparque, Criciúma, 2022.



Fonte: CEDOC – UNESCO.

A cada mudança ocorrida nessas estruturas patrimoniais, é importante que se discuta a descaracterização gerada, ainda que essa tenha sido necessária. Nessa reflexão, Ítalo Pereira de

Souza (2022), evidencia que o patrimônio deve ter uma função: A da manutenção da memória coletiva de uma sociedade para assim formular a ideia de uma identidade cultural. No momento que esse patrimônio vem a perder essa função para grande parte da sociedade, ele perde o seu sentido de existência.

3. Considerações Finais

Observou-se, ao longo das discussões apresentadas nesse trabalho, que os patrimônios industriais, esses advindos do processo de desindustrialização que o país, e o mundo, vem sofrendo, ainda não possuem o reconhecimento devido, de maneira que a sua importância ainda não é completamente difundida, sendo necessário, pois através dessas estruturas é claro perceber os processos que as indústrias passaram no período em que foram instaladas, além disso, todos os benefícios e os malefícios, as técnicas utilizadas, a história dos operários conectadas a esses locais e todo o tempo de suas vidas dedicados naqueles espaços.

Destaca-se o processo de reutilização que nem sempre acaba priorizando a preservação dessas edificações, que por muitas vezes acabam sofrendo descaracterizações, assim ocasionando na perda de sua identidade, pois esses edifícios compõe o patrimônio e também os valores culturais e sociais enraizados nas comunidades onde estão inseridos. Compreende-se, assim, que é imprescindível o reconhecimento e preservação desses bens, sendo necessário que se adotem meios para a reutilização e salvaguarda desses espaços de modo que seja possível manter a essência das suas condições originais, no sentido físico, assim, um método pensado para manter a memória desses trabalhadores e a história do local, esse já citado anteriormente, que se baseia na confecção de pequenos memoriais dedicados a história local, que pudesse explicar as funções anteriormente desempenhadas no ambiente, garantindo uma coerência com os novos usos propostos nesses locais, no caso específico a que esse artigo se direciona, os legados fabris, podendo assim assimilar os novos usos sem que se perca a história dessas indústrias, possibilitando seu reconhecimento. Essas medidas, se fazem necessárias para que se possa garantir a presença do passado junto ao presente.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, ao meu esposo e filhos, por todas as palavras de incentivo e, principalmente, a minha filha, por todo o apoio e ajuda que ela me ofereceu durante a graduação, e a todos os familiares que torceram por mim, amo vocês. Agradeço também a todos os professores presentes ao longo desses cinco anos, que na verdade eram quatro, mas precisei acrescentar mais um, todos foram muito importantes para a minha formação acadêmica, agradeço, também, a todos os meus colegas, mas em especial, a dois, aprendi muito com eles, pois foram provas, trabalhos, artigos, PIBID, PROESDE, reuniões via meet durante a pandemia de COVID-19, invasões de salas de aula para estudar, a esses, Patrick e Fábio, agradeço mais uma vez por toda a força de vocês e, também, ao Hugo, a primeira pessoa que conheci no curso.

Agradeço a minha orientadora e professora Michele Gonçalves Cardoso, por acreditar em mim e me orientar, mesmo eu tendo desistido por duas vezes dessa etapa, enfim, agradeço principalmente aquela menina adolescente que não teve a oportunidade de realizar o sonho de estudar no tempo certo, pois precisou trabalhar, mas graças a esse sonho que ela não deixou morrer, estou me formando hoje. Obrigada por não desistir.

Referências

A CARTA, **Como Usar**. Carta de Lisboa. 1995.

BEZERRA, Roselane Gomes. **Identificação e reutilização do patrimônio no processo de reinvenção das cidades: uma reflexão a partir da cidade de Almada**. Revista de Ciências Sociais: RCS, v. 46, n. 1, p. 69-92, 2015.

BUCHANAN, R Angus. **Industrial Archaeology in Britain**, Harmondsworth, Penguin, 1972.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo para Estudo de Conformidade Ambiental (ECA) do Parque Científico e Tecnológico – IPARQUE**. Criciúma, SC. 2015.

CASTORE, Maria Elena. **O reuso do patrimônio industrial: o caso da antiga fábrica São Braz em Plataforma, Salvador**. VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial, 2012.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. **Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade?**. Oculum Ensaios, n. 13, p. 154-165, 2011.

DE OLIVEIRA, Eduardo Romero. **Entrevista com José Manuel Lopes Cordeiro**. Faces da História, v. 1, pág. 162-167, 2017.

DE SOUZA, Monique Latrônico. **A indústria carboquímica catarinense em Imbituba: Uma história encoberta pela fumaça vermelha**. Revista Santa Catarina em História, v. 1, n. 1, p. 99-107, 2007.

DE VENEZA, Carta. **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios**. In: II Congresso Internacional de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos. ICOMOS. Veneza. 1964.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar da indústria no patrimônio cultural**. Labor e Engenho, v. 5, n. 1, p. 107-125, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fabio Farias de. **Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense**. Revista História & Perspectivas, v. 1, n. 40, 2009.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology. A New Introduction**. 3. ed. Londres: Baker, 1976 [1963].

Jornadas Mercosul: **memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos** (7. : 2022: Canoas, RS). VII Jornadas Mercosul [recurso eletrônico] : **memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos** / Judite Sanson de Bem, organizadora. — Dados eletrônicos. — Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2022.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto**. Arq. urb, n. 3, p. 23-30, 2010.

MENEGUELLO, Cristina. **Carta de Nizhny Tagil**. Oculum Ensaios, n. 3, p. 132-139, 2005.

MENEGUELLO, Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Romero; OKSMAN, Silvio. **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 13-38, 2021.

MORAES, Fábio Farias de. **A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): Uma solução ou um problema**. GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória a Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

PAVAN, Juliana S. **Os desafios da reutilização do patrimônio edificado e da preservação dos valores imateriais para a identidade coletiva**.

RODRIGUES, Ronaldo. **Patrimônio Cultural e Industrial: Perspectivas e Ações de Preservação**. 2018. Itaú Cultural. São Paulo.

ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. São Paulo, 2011.

SOBRINO Simal, J., y SANZ CARLOS, M. (2019). **Pensando el patrimonio industrial. Los retos del siglo XXI**.